

Educação ampla, geral e irrestrita

MAGNO DE AGUIAR MARANHÃO*

Educação obrigatória e disponível para todos; estímulo ao ensino secundário geral e profissionalizante, com implantação de ensino gratuito e assistência financeira em caso de necessidade; informação e orientação educacionais e profissionais acessíveis a todas as crianças; estímulo à frequência regular à escola e redução dos índices de evasão escolar. Tais são alguns dos itens dispostos no artigo 28 da Convenção sobre os Direitos da Criança, realizada em 1989, e que reafirmam e garantem o direito à educação que já constava na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, ratificado ainda no Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, de 1990, e na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada no mesmo ano. Todos os países membros assinaram embaixo. Mas, prestes a entrar no século XXI, enfrentando cortes de verbas no setor educacional, e plenamente conscientes da baixa qualidade do ensino básico oferecido à população, até que ponto nós, aqui no Brasil, podemos dizer que fomos fiéis ao compromisso assumido?

O relatório Situação Mundial da Infância 1999, elaborado pelo Unicef, não deixa ninguém mentir. Os indicadores de uma tabela que inclui 193 países, divididos em quatro grupos [ECO/CEI e Estados bálticos; países industrializados; países em desenvolvimento (no qual estamos incluídos); e países menos desenvolvidos], mostram claramente que o Brasil está deixando muito a desejar.

Dos 21 países da América Latina e do Caribe, o Brasil é, juntamente com a Guatemala, o país que apresenta as taxas de repetência mais altas – cerca de 15% dos alunos de escolas primárias. A região, como um todo, pode se gabar de que o acesso à educação primária é universal, ao menos teoricamente, e que a taxa de matrículas desde 1960 se expandiu rapidamente, numa taxa de 4,4% ao ano, chegando a 90%. Ou seja: entrar para a escola, as crianças entram. Mas ficam? Levando em conta a taxa de repetência e evasão (que chega a mais de 40% em países como Bolívia, Colômbia, El Salvador, Haiti, Nicarágua e República Dominicana), a conclusão óbvia é de que algo anda errado dentro das instituições de ensino.

Altas taxas de repetência e evasão são indicadores, segundo o relatório, de baixa qualidade de educação, abordagens pedagógicas rígidas e tradicionais, o que desestimula a permanência do aluno. Evidentemente, podemos acrescentar muito mais a essa lista de motivos. Numa região que, como reconhece o próprio Unicef, apresenta as maiores disparidades econômicas entre ricos e pobres, uma distribuição de renda das mais injustas do planeta, educação vira artigo de luxo para as faixas mais carentes.

Desnecessário dizer que as faixas menos favorecidas, que sequer sonham com a possibilidade de um ensino particular, muitas vezes nem se esforçam pelo ensino público (e as intermináveis filas nas escolas públicas para conseguir matricular uma criança são a prova de que, na prática, o acesso ao ensino básico não é tão universal assim). Diante da necessidade de sobre-

vivência imediata, é um alívio para inúmeras famílias a crianças mostrar-se capaz, o quanto antes, de trazer da rua alguma contribuição para o orçamento familiar. Existem bolsões de pobreza e desinformação totais – basta lembrar que, apesar de listado entre os países em desenvolvimento, o Brasil apresenta uma das mais altas taxas de mortalidade infantil da América Latina e Caribe (84 crianças em mil morrem antes dos 5 anos de idade), ficando em nono lugar. No mundo, está em 44º lugar.

Para o Unicef, os esforços mundiais objetivando uma “Educação para Todos” têm sido altamente prejudicados, sim, pelo crescente endividamento dos países em desenvolvimento, mas lembrando que a educação é um dos melhores investimentos que um país pode fazer visando à sua própria prosperidade. Para que isso aconteça, no entanto, é preciso a vontade política necessária. O problema é que, assim como para outros países, no Brasil nunca se encontra a hora certa para esse investimento. Há sempre necessidades mais prementes, outros problemas a serem resolvidos a curto prazo. Enquanto isso, a educação continua à espera do momento mais adequado para conseguir uma melhora de nível. Se a coragem para se chegar a esse momento, apesar de tudo, tivesse surgido há algumas décadas, o Brasil com certeza apareceria numa posição melhor não apenas nos relatórios das Nações Unidas, mas aos nossos próprios olhos.

*Membro do Conselho Estadual de Educação (RJ), reitor do Centro Universitário Augusto Mota, pró-reitor Acadêmico da Universidade Veiga de Almeida